

RETOMADA: Durante visita à CSN, presidente defende o aumento da poupança, com maior distribuição de renda

'País vive nova onda de crescimento'

FH diz que fase de combate agressivo à inflação acabou e que a hora é de investimentos

Denise Luna e Marta Barcellos

RIO e SÃO PAULO

O Brasil está vivendo uma nova onda de crescimento, afirmou ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso, durante a cerimônia de inauguração de uma fábrica de gases da White Martins em parceria com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. O presidente citou a projeção feita pelo economista Edmar Bacha, um dos colaboradores do Plano Real, de que, se anualizada, a taxa de crescimento da economia brasileira já é de mais de 6%, "e não de 2,8%, como pensam os que estão comprometidos com uma visão gregoriana", ressaltou Fernando Henrique.

O presidente disse que o país já está sentindo os resultados positivos do esforço que vem sendo feito pelo Governo, pela sociedade civil e pelo Congresso Nacional.

— Hoje já é paupérrimo o que certamente em um futuro próximo será visível para todos, que nós entramos numa nova onda de crescimento econômico — afirmou durante a visita, acompanhado do governador do Rio, Marcello Alencar, do ministro da Indústria e Comércio, Francisco Dornelles, e dos presidentes da CSN, Sílvio Coutinho, e da White Martins, Félix Bulhões.

Fernando Henrique lembrou que o Governo teve que enfrentar dificuldades para conseguir colocar o país num rumo que combinasse perspectivas, tranquilidade e confiança. Porém agora, passada a fase de combate mais agressivo à inflação, o presidente acredita que chegou a hora dos investimentos:

— É preciso aumentar o investimento e, portanto, aumentar a poupança e o bem-estar. É o momento de pensar em crescer e distribuir renda simultaneamente, e não uma coisa depois da outra — disse o presidente.

Para ele, o momento é favorável, já que o empresário não precisa mais se preocupar com a pressão inflacionária e pode prever melhor seus projetos.

— O investimento está começando a acontecer no Brasil. Prova disso é a inauguração de uma fábrica que vai viabilizar o crescimento e a melhora da produção da CSN — disse.

O presidente destacou que hoje, quando se pensa em crescimento, não é mais como no passado, quando o objetivo era criar um polo de crescimento.

— Agora queremos um eixo de crescimento.

Porto de Sepetiba será eixo econômico

Ele afirmou que o Porto de Sepetiba, por exemplo, cujas verbas garantiu que serão liberadas nas próximas semanas, as obras criariam não apenas um porto do Rio, mas um porto do Brasil.



O PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE (ao centro) brinca com o governador Marcello Alencar, durante a visita à CSN, em Volta Redonda

— Não é um porto, é a ponta final de um eixo de crescimento econômico, que vai enganchar lá longe, no Mato Grosso, nas nossas fronteiras. Essa é a nova visão — enfatizou Fernando Henrique.

O presidente também falou sobre o assunto num vídeo especialmente gravado para o seminário "A retomada do crescimento", realizado ontem em São Paulo. Fernando Henrique afirmou que não há mais motivos para se duvidar do crescimento econômico, após a divulgação dos últimos indicadores da economia e a aprovação do projeto de lei que prevê a isenção de ICMS. No filme, o presidente diz que a taxa de investimentos no país pulou de 14,8% do Produto Interno Bruto (PIB), no fim de 1995, para

16,2% no segundo semestre deste ano. Fernando Henrique finalizou fazendo um apelo à platéia de empresários:

— É hora de a iniciativa privada ser sócia neste nova etapa de crescimento da economia.

O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, que participou do seminário, foi ainda mais otimista e chegou a prever um boom econômico na passagem de 1997 para 1998. No entanto, a taxa de crescimento utilizada pelo Governo na proposta orçamentária para 1997 foi de 4% do PIB, uma estimativa conservadora, de acordo com Kandir. O ministro previu que as taxas de juros nominais no ano que vem serão de 21,4%, de ponta a ponta. Isso significaria, segundo ele, uma taxa de juros real de 10% e tam-

bém uma inflação anual de 10% em 1997.

Para Kandir, a queda nos juros e outros indicadores econômicos já estariam sinalizando a "retomada inequívoca do crescimento da economia". Nesse processo, contribuiria de forma decisiva o projeto de lei para a isenção do ICMS, que segundo ele deverá ser sancionado em 15 ou 16 de outubro, após a aprovação no Senado. O ministro criticou o destaque dado pela imprensa à desoneração das exportações e afirmou que o projeto terá um impacto muito maior nas operações de investimento.

— Estamos tirando o ICMS de toda a cadeia produtiva. A idéia é que ele seja apenas um tributo sobre o consumo final interno. A produção doméstica vai

ficar mais competitiva em relação às importações — disse Kandir.

Quando o economista Eduardo Gagnetti da Fonseca lhe perguntou sobre quem pagaria a conta da isenção do ICMS, o ministro deu uma resposta vaga: o futuro vai arcar com a despesa. Segundo ele, o crescimento econômico vai gerar recursos que possibilitam esse aumento da dívida pública. Kandir, no entanto, admitiu que pode haver apenas uma troca de dívidas entre União e estados, mas ressaltou que a capacidade de refinanciamento da União é maior. Ele lembrou ainda que o valor de R\$ 3,6 bilhões que a União pode transferir para os estados, de acordo com o projeto, é na verdade um teto, fixado como garantia de arrecadação. ■